

O VERBO ESPERANÇAR E A FORMAÇÃO DE ESTUDANTES/PROFESSORAS TREMEMBÉ NO PARFOR

THE VERB 'TO HOPE' AND THE TRAINING OF TREMEMBÉ STUDENTS/TEACHERS IN PARFOR

Maria do Socorro Sousa e Silva¹ - UFAM
Ivani Ferreira de Faria² - UFAM

RESUMO

Este artigo objetivou refletir sobre a formação das estudantes/professoras Tremembé do Curso de Pedagogia Magistério Intercultural Tremembé, vinculado ao Plano Nacional de Formação de Professores de Educação Básica (PARFOR), realizado pela Universidade Estadual Vale do Acaraú, situada em Sobral/CE. O povo Tremembé está localizado em três municípios do estado, sendo: Itapipoca, Acaraú e Itarema, o último foi o escolhido para este trabalho. A abordagem é qualitativa e exploratória, contou com vivências no curso e a colaboração das estudantes/professoras, as quais compartilharam suas reflexões no primeiro semestre (janeiro/julho) de 2023, período em que o curso se efetivou intensamente para sua culminância. Em suma, foi possível compreender que a formação no Cuiambá e o cunho de esperar em Freire, foi se desenhando para as estudantes/professoras como uma ferramenta potencializadora para o desenvolvimento dessas profissionais nas escolas indígenas diferenciadas da aldeia.

PALAVRAS-CHAVE: Formação; Estudantes/Professoras; Cuiambá; PARFOR; Esperançar

ABSTRACT

This article aimed to reflect on the training of Tremembé students/teachers on the Tremembé Intercultural Teaching Pedagogy Course, linked to the National Basic Education Teacher Training Plan (PARFOR), run by the Vale do Acaraú State University, located in Sobral/CE. The Tremembé people are in three municipalities of the state, namely: Itapipoca, Acaraú and Itarema, the latter was chosen for this work. The approach is qualitative and exploratory, and relied on experiences in the course and the collaboration of the students/teachers, who shared their experiences in the first semester (January/July) of 2023, a period in which the course was intensely working towards its culmination. To sum up, it was possible to understand that the training at Cuiambá and the hopeful nature of Freire's approach was becoming an empowering tool for the development of these professionals in the village's differentiated indigenous schools.

KEYWORDS: Training. Students/Teachers; Cuiambá; PARFOR; Hope

¹Licenciada em Pedagogia pela UVA/Sobral. Licenciada em Geografia, e mestra em Geografia. Doutoranda em Geografia pela UFAM. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM). Participa do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Pedagogia Universitária (GEPPU/UVA) e do Grupo de Pesquisa Dabukuri - Planejamento e Gestão do Território na Amazonas (UFAM). E-mail: msserasmo@gmail.com / ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0815-4325>.

²Geógrafa. Doutora em Geografia pela USP. Professora do PPGEOG da UFAM. E-mail: ivanifaria@ufam.ed.br / ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7543-2348>.

INTRODUÇÃO

Entre as inúmeras lutas históricas enfrentadas pelos Tremembé, a ausência de educação anunciada por eles em tempos outrora estava a necessidade de formação para esse povo originário cearense não permanecer com falta de educação. Com isso, surgiu por duas mulheres Tremembé a ideia de educação, uma da Região da Praia, com o nome de Raimunda Marques do Nascimento, e a outra da Região da Mata, chamada Maria da Conceição Moura.

Nesse cenário, a luta foi ainda mais evidenciada, pois somente as mulheres supracitadas da aldeia possuíam alguma instrução escolar devido terem vivido por algum tempo na capital, Fortaleza. Com isso, muitos foram os desafios, uma vez que as crianças das comunidades indígenas frequentavam a escola convencional e eram hostilizadas pelos não indígenas, legitimando-os como não letrados.

Com o avançar do tempo, a ideia de educação apontada por essas mulheres e o desbravamento da luta de maneira coletiva avançou para a conquista concreta como, por exemplo, de algumas instituições educacionais, como a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), situada na cidade de Sobral no Estado do Ceará, a 235 quilômetros da capital Fortaleza, que passou a cancelar em 2018, o Curso de Pedagogia Magistério Intercultural Tremembé, assim adotaram a estratégia da formação em nível superior, como ferramenta possibilitadora de preparar professores para as escolas indígenas diferenciadas e extinguir a condição de não letrados.

Desse modo, o curso é situado no Plano Nacional de Formação de Professores de Educação Básica (PARFOR), um programa nacional do Governo Federal que é assim, oficialmente

O PARFOR é um programa nacional implantado pelo (CAPES) em regime de colaboração com as Secretárias de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e com as Instituições de Ensino Superior (IES). O objetivo principal do programa é garantir que os professores em exercício na rede pública de educação básica obtenham a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), por meio da implantação de turmas especiais, exclusivas para os professores em exercício. Os tipos de cursos oferecidos são: i) Primeira licenciatura - para docentes em exercício na rede pública da educação básica que não tenham formação superior; ii) Segunda licenciatura - para docentes em exercício na rede pública da educação básica, há pelo menos três anos, em área distinta da sua formação inicial; e iii) Formação pedagógica - para docentes graduados não licenciados que se encontram em exercício na rede pública da educação básica. (<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/parfor>).

Remete-se a um plano de formação de professores, que culmina de um demorado processo histórico de debates, que foi deflagrado com a (LDB) instituída em 1996. Como parte de políticas educacionais, até fechar nesse formato, o planejamento da formação tem passado por diversos momentos, conforme podemos ver abaixo

A partir de 2007, os estados e municípios brasileiros, com a adesão ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), elaboraram seus Planos de Ações articulados (PAR), contendo diagnósticos dos sistemas locais e as demandas por formação de professores. Por meio do Decreto nº 6.755, de janeiro de

2009, o MEC instituiu a Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, com a finalidade de organizar os Planos Estratégicos da formação inicial e continuada, com base em arranjos educacionais acordados nos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente. Cumprindo o Decreto 6.755, o (MEC), delegou à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – a responsabilidade pela indução, fomento e avaliação dos cursos no âmbito do (PARFOR). Prevê-se no (PARFOR) uma oferta superior a 400 mil vagas novas, envolvendo cerca de 150 instituições de educação superior – federais, estaduais, comunitárias e confessionais, nos 25 estados que aderiram à formação inicial, tendo os cursos iniciado no 2º. Semestre de 2009 e as demais entradas previstas em 2010 e 2011, (<http://www.fev.ed.br/parfor/>).

Além disso, a formação teve como proposta aproximar as instituições escolares e os estudantes, no caso, o curso já citado, intitulado pelos Tremembé como Cuiambá, que representa partilha, pois trata-se de um utensílio no qual são armazenados os alimentos, situação peculiar da cultura dos ancestrais. Tendo em vista tal relevância, é interessante destacar que em um dos seminários na vigência do curso foi votado entre os participantes da turma, lideranças e parceiros a escolha desse nome.

E essa aproximação estende-se entre as estudantes/professoras, uma vez que os vínculos nesse cenário foram sendo historicamente desafiadores, sobretudo a cada conquista, pois são sagas de muita luta no coletivo desse povo cearense muito determinado no que acredita e no que defende, baseando-se sempre em sua ancestralidade que os fortalece para seguir na resistência, persistência de que muito ainda tem que trilhar e conquistar em direção ao fortalecimento da educação, da cultura etc. Como atesta Leite (2020, p. 147), “a força dos Tremembé é a cultura. É o elo que une todos eles, torna-os insubmissos, invencíveis”.

Tendo em vista isso, a atitude pensada pelo (PARFOR) junto às estudantes/professoras foi-se configurando uma excelente oportunidade que contribuiu para o crescimento formativo delas, como acreditava Paulo Freire quando explicou em seus debates que educar é um ato de coragem e que isso não se dá sem a relação dialógica.

De fato, o curso foi-se configurando em diálogos permanentes entre os indígenas Tremembé, os representantes da (UVA), os formadores/docentes e os parceiros de instituições de educação superior, os quais foram comungando da ideia de educação desejada por esse povo originário cearense.

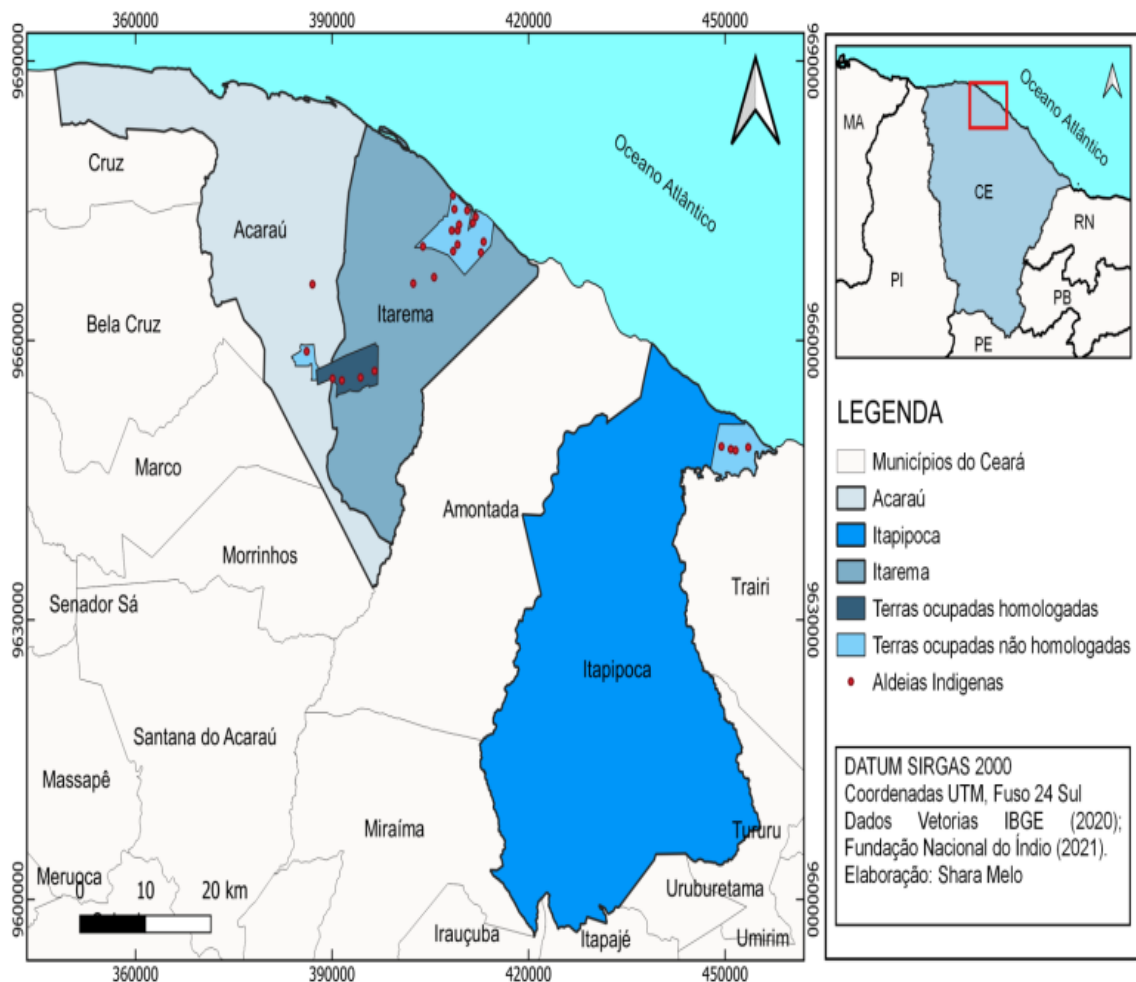
A questão de partida que orientou este estudo, foi: Como a formação no Cuiambá pelo (PARFOR) e o esperar em Freire é relevante para a aldeia de Almofala? Dessa forma, foi delimitado como objetivo geral: Refletir acerca da formação no Cuiambá como ferramenta necessária para as estudantes/professoras e como contribui para atuarem profissionalmente nas escolas indígenas diferenciadas. Como objetivos específicos: Compreender a ferramenta da formação como potencializadora das estudantes/professoras na aldeia e resgatar experiências educacionais na aldeia dos Tremembé.

Neste estudo, adotou-se o verbo esperar em uma ótica freiriana, como categoria de análise para o entendimento de aproximação das estudantes/professoras do Cuiambá e a relevância dessa formação superior para elas atuarem nas escolas indígenas diferenciadas, de forma que o dia a dia profissional dessas mulheres seja um constante motivo de reflexão e de construção de conhecimentos e, mais particularmente, para o fomento da educação tão almejada historicamente pelos Tremembé.

METODOLOGIA

Nesse cenário, o estudo baseou-se em uma pesquisa de abordagem qualitativa e exploratória. Escolheu-se como campo de análise a aldeia de Almofala onde está situado o povo originário Tremembé do município de Itarema, que se divide em três distritos: Itarema (Sede), Almofala e Carvoeiro. A qual está localizada no litoral Oeste do Estado do Ceará (Figura 1), composta por 15 comunidades indígenas: Varjota, Córrego Preto, Amaro, Tapera, Caboré, Batedeira I, Batedeira II, Praia, Saquinho, Lameirão, Panã, Mangue Alto, Sítio Urubu, Curral do Peixe e Passagem Rasa. Denominada pelos Tremembé em duas regiões citadas anteriormente. Conforme a localização dos municípios abaixo:

Figura 1 - Mapa de localização do povo indígena Tremembé



Fonte: Silva (2023).

O aporte teórico em Minayo (2009) destaca que a pesquisa apontada trabalha com o universo dos significados, dos movimentos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse aparato de atitudes humanas é compreendido nesse artigo como parte da realidade social, tendo em vista que o ser humano diferencia-se de outro não somente por agir,

como também por pensar sobre o que realiza e interpreta em suas ações da realidade vividas e partilhadas com seus semelhantes.

No intuito de construir um recorte sobre a realidade social que circunda as instituições escolares de nível superior em virtude da formação de professores, é fundamental contar com vivências no curso e com a colaboração das estudantes/professoras do Cuiambá, as quais compartilharam suas reflexões no primeiro semestre (janeiro/julho) de 2023, período em que o curso efetivou-se intensamente para a sua culminância. Destaca-se a seguir na Figura 2, uma das vivências

Figura 2 - Vivência dos professores do PARFOR



Fonte: Silva (2023).

Em suas falas, foi possível compreender parte de seus processos formativos de lutas a partir da formação no Cuiambá, além de acompanhar reuniões pedagógicas, desenvolvimento de algumas disciplinas, em destaque, aulas de campo com as estudantes/professoras, captando desafios enfrentados nessa formação em prol de seu crescimento por serem profissionais das escolas indígenas diferenciadas.

Nas linhas seguintes, discorre-se melhor sobre esse percurso buscando pistas de como se configurou essa trilha de pesquisa e reflexões a partir da formação das estudantes/professoras e como o processo de crescimento dessas profissionais das escolas indígenas diferenciadas foi-se desenhando e contornando nesse contexto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O PARFOR assegura às estudantes/professoras do curso Cuiambá, profissionais das

escolas indígenas diferenciadas estaduais de educação básica a obtenção da legalidade através da formação superior, ponto exigido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) por meio da implantação de turmas, sejam especiais ou exclusivas, para os professores que já exercem a docência há alguns anos, mas por algum motivo não possuem uma formação em nível superior.

Frisa-se que a Constituição Federal de 1988 reconhece aos povos indígenas o direito à educação e essa deve ser de qualidade, envolvendo suas formas próprias de organização, seus costumes, suas tradições e seus modos próprios de transmissão de conhecimento, assim sendo fruto de uma evolução e conquistas de direitos ao longo de séculos desde o período colonial. O Parecer 14 apresenta

Designa o processo pelo qual cada sociedade internaliza em seus membros um modo próprio e particular de ser, garantindo sua sobrevivência e sua reprodução. Diz respeito ao aprendizado de processos e valores de cada grupo, bem como aos padrões de relacionamento social introjetados na vivência cotidiana dos índios com suas comunidades. (...) toda a comunidade é responsável por fazer que as crianças se tornem membros sociais plenos (p. 4).

Porém, é de conhecimento geral que algumas instituições ainda não têm conseguido planejar ações que possibilitem o acesso a esse direito estabelecido na constituição, de acordo com cada especificidade dos povos originários. Nesse sentido, os impactos tornaram-se desafiadores no contexto educacional indígena, por conta da ausência de educação fez-se necessário colocar em prática uma luta tão desejada por uma formação de professores e o (PARFOR) tem sido uma excelente oportunidade para essa conquista.

Dessa maneira, os Tremembé levaram adiante a luta que configurou uma formação pelo (PARFOR), o curso Cuiambá. Sua aprovação deu-se a partir da Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da UVA, de nº 35/2018 e, nesse mesmo ano, iniciou tal curso. Por conseguinte, foi aprovado pela Portaria do Conselho Estadual de Educação do Ceará (CEE) nº 302/2022. Na tangente, o Cuiambá consiste em formar professores em um curso específico indígena com princípios Tremembé para suprir a necessidade de profissionais nas escolas indígenas diferenciadas. A partir dessa perspectiva, Imbernón (2010, p. 81) assevera que

A formação deve levar em conta essa identidade individual e coletiva, para ajudar o desenvolvimento pessoal e profissional dos professores no âmbito laboral e de melhoria das aprendizagens profissionais e para ajudar a analisar os sentimentos e as representações pelos quais os sujeitos se singularizam.

Esse pensamento remete para a compreensão de que a formação das estudantes/professoras no Cuiambá não pode ser considerada apenas pelos conhecimentos das disciplinas. Para elas, outrora, a ausência de educação acentuou muito os desafios e dificuldades de entender as lutas na aldeia, o que só pôde de alguma forma ser invertido mediante a implementação de seus direitos, no qual um deles é direcionado ao fortalecimento da identidade, seja individual ou coletiva. Nesse ponto, assim como em outros, a educação tem papel fundamental.

Com isso, compreende-se que o cenário de formação no Cuiambá, provocou a inquietação de alguns indígenas descortinando entre a emoção, a alegria, o desejo e a conquista que se alinhava a uma luta que, aos poucos, os Tremembé vêm conseguindo no Ceará, como a educação, seja em nível superior ou básica (das escolas indígenas diferenciadas), conquista esta que tornavam latentes questões de cultura, de espiritualidade, de ancestralidade etc.

Essa formação específica está prevista na legislação que trata do direito dos índios a uma educação intercultural diferenciada dos demais segmentos da população brasileira. Nessa legislação garante-se que os professores indígenas possam ter essa formação “em serviço”, ou seja, paralelamente à sua atuação em sala de aula, e concomitante à sua formação básica (Grupioni, 2001, p. 13-14).

A garantia de formação superior advinda da legislação, no caso do Cuiambá é um direito oportuno e de muita relevância, pois as estudantes/professoras não precisam ausentar-se da sala de aula para estudar, mas concomitantemente à prática profissional exercer seu papel no processo formativo do curso. Essa junção impulsiona reflexões para a construção de mais conhecimentos e singularidades para a educação indígena diferenciada Tremembé. Com essa prática, os Tremembé desenvolvem uma contínua experiência de serem pesquisadores, mentores de novos conhecimentos e, também, sistematizadores do conhecimento dos mais velhos a ser transmitido às novas gerações.

De forma geral, pode-se dizer que as estudantes/professoras indígenas são mediadoras por excelência das relações sociais que se estabelecem dentro e fora da aldeia, principalmente por meio da formação no Cuiambá, pois conforme os Tremembé “a educação fortalece as lutas e as lutas fortalecem a educação”, sendo a escola indígena diferenciada um grande elo desse fortalecimento através da cultura e de seu repasse no processo de ensino e aprendizagem para os estudantes das escolas.

Segundo o cacique João Venâncio “antes da escola nós era calado, agora nós não fica mais calado”. Essa fala revela o quanto a educação tão sonhada pelos Tremembé vem avançando e configurando-se em coragem, em força, em resistência e em persistência para não calar diante de qualquer modelo de poder que os oprima, pelo contrário, a intenção é para a voz soar cada vez mais alta e forte em busca de reivindicações por seus direitos, seja na educação, na saúde, na demarcação da terra, dentre outros.

De acordo com Mendes e Silva (2008), ao passar dos anos, modelos educacionais passaram a ser reivindicados pelos indígenas, dentro de paradigmas de pluralismo cultural e de respeito e valorização de identidades étnicas. Para isso, a escola entre indígenas seria um meio para garantir o acesso a conhecimentos gerais, sem precisar negar as especificidades culturais e a identidade daqueles grupos.

Como visto acima, as estudantes/professoras têm a complexa tarefa de protagonizar os processos de reflexões críticas a respeito dos diversos tipos de conhecimentos a serem estudados, interpretados e reconstruídos no espaço formativo: os normalmente denominados conhecimentos universais, transmitidos pela instituição escolar, e os conhecimentos próprios, étnicos ou tradicionais, a serem pesquisados, registrados, sistematizados e reinterpretados no processo intercultural.

Para tal, as estudantes/professoras do Cuiambá têm a difícil responsabilidade de incentivar as novas gerações, situadas principalmente nas escolas indígenas diferenciadas, para a pesquisa dos conhecimentos, visando a sua continuidade e reprodução cultural. Por outro lado,

elas são responsáveis também por estudar, pesquisar e compreender, à luz de seus próprios conhecimentos e de seu povo, os conhecimentos tidos como universais reunidos no currículo escolar (CNE, 1999, p. 20-21).

De igual modo, os formadores/docentes das estudantes/professoras tiveram o compromisso de transitar entre as diferentes culturas numa atitude continuada de pesquisadores e aprendizes de um processo formativo em construção no qual os Tremembé fizeram questão de participar em tudo, oportunizando a legitimidade de seus direitos por uma educação que eles puderam intervir, sugerir e participar efetivamente de todo o processo de elaboração e de desenvolvimento, característica peculiar não somente das estudantes/professoras, mas de lideranças, jovens, crianças, enfim, de todo o povo Tremembé.

Para tanto, os desafios por educação e a conquista do Cuiambá sinalizam que conjugar o verbo esperar em períodos de lutas desafiadoras foi acreditar que é relevante resistir, persistir e não desistir. Com certeza, pois esperar em épocas tão difíceis desvelou força para as estudantes/professoras como uma linda plantação, semeada por muitas mãos que em conjunto formaram um florescer na aldeia. Assim, reafirmando cada vez mais que a educação sem diálogo, empatia, encontro consigo e com o outro, é uma educação sozinha, que não floresce em um solo que produza existência e (re)existência.

É nessa tônica que os fios tecidos pelos Tremembé no Cuiambá têm sido construídos, com base na autonomia de um povo que vem aprendendo historicamente o valor dessa base para as gerações vigentes e futuras, com o intuito do fortalecimento de seu povo em vários aspectos, pois já perceberam que cada passo dado tem que ser em defesa de uma educação em que segundo a Tremembé Diana “respeite nosso jeito de ser”. Portanto, esperar já vem de longas datas para esse povo aguerrido que não renuncia a seus princípios indígenas tendo em vista seus significados e relevância na aldeia e na sociedade.

Freire (2014) tece que a esperança não floresce na apatia. Com isso, oportuniza-nos a reflexão sobre seu significado, pois o sentido de esperança para o autor é ontológico, sendo assim, para quem comunga dessa ideia como os Tremembé, o desistir não faz parte de sua ótica, porque a afirmação vem sendo mostrada com coragem para os enfrentamentos de muitas lutas, dentre elas, a conquista pela educação, a qual tem como ponto central seu pioneirismo no Estado do Ceará.

Então, reafirma-se esse sentido à caminhada trilhada pelos Tremembé na busca pela conquista do Cuiambá, para formar professores/as. Tal caminho teve a duração de quatro anos partindo da ideia de um curso indígena superior, a elaboração do projeto, a chancela em uma instituição pública estadual e situada no interior do estado e a partida para o desenvolvimento do curso de maneira itinerante nas comunidades indígenas.

Logo, o autor chama-nos a atenção para a necessidade de dar continuidade à luta por esse sentido, considerando-o como um ponto extremamente importante para a vida, porque sem esse entendimento não existirão humanos. Nesse desvelar, percebe-se que não só na conquista do Cuiambá, mas em toda a trajetória por educação dos Tremembé no Ceará, esse povo originário exerce a ótica de Freire no que se refere a esperar, pois historicamente eles impulsionam um comportamento de educação própria que produz transformação e mais desejo de mudança coletiva para a melhoria de todos na aldeia.

Por isso que a esperança entendida sob o olhar freiriano não pode ser compreendida como esperança de esperar ou simplesmente ficar estático esperando mudanças, mas jamais desistir do que de fato deseja-se e necessita, diante da busca, do movimento incessante com os outros, avançando e fazendo de outros modos, pois as singularidades dos sujeitos possibilitam a criação/recriação, significado/ressignificado, força/fortalecimento etc.

Reverberar nesse olhar a trilha histórica dos Tremembé é pensar que a partir da ideia de educação originada pelas duas professoras citadas na introdução até a efetiva educação nos dias atuais e compreender especialmente o Cuiambá via (PARFOR), como elemento que possibilita a intervenção das estudantes/professoras no mundo e na própria existência de serem profissionais das escolas indígenas diferenciadas, assim como também produtor de consciência e desejo de seguir para os debates, as lutas e avanços em benefício da coletividade na aldeia.

Freire (2014), em sua obra literária intitulada *Pedagogia da Esperança*, destaca a necessidade dos profissionais da educação, principalmente os progressistas desvelarem possibilidades para a luta de seus propósitos, sem esquecer o verdadeiro sentido da esperança, porque assim sendo, a força passa a ser cada vez mais revigorada para o enfrentamento dos desafios, seja na aldeia e na sociedade.

Diante disso, percebe-se que conjugar o verbo *esperançar* nas ações do dia a dia em sala de aula do Cuiambá e fora dela exige uma postura progressista capaz de somar para a fortificação de uma mudança social ligada a uma práxis que germine um olhar do ser humano à realidade partindo da relação entre os sujeitos participantes do processo em desenvolvimento, sobretudo para uma aprendizagem que vai para além do individual, para o coletivo que se abre para a escuta, reflexão e diálogo centrado na importância de que todos são iguais e que devem ser respeitados em seu modo de ser, pensar, agir e conhecer o mundo.

No bojo escolar, concordamos com Freire (1996, p. 25) quando tece “[...] não há docência sem discência, as duas se explicam em seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro”. Dito isso, o estudioso deixa muito claro que no processo de formação, os participantes devem ser considerados sujeitos, independentemente de qualquer que seja seu papel ou função, pois uns aprendem com os outros. Portanto, é *esperançar* em toda a sua amplitude dinâmica e de envolvimento de todos em que o entendimento de *esperar* jamais caberia.

Diante do exposto, o *esperançar* para as estudantes/professoras é compreendido como uma liga condutora fundamental tanto da sala de aula do Cuiambá, quanto nas escolas indígenas diferenciadas e, também, na aldeia, afirmando um fazer pedagógico que conjuga o verbo *esperançar* a partir de um universo de situações diversas, as quais se entrelaçam no ato pedagógico, seja ele exercido em sala de aula ou fora dela em outras dimensões, como: a cultural e a social.

O exemplo é um *esperançar* situado na tolerância, denominada por Freire (2004, p. 24), como sendo, “a tolerância autêntica demanda de mim é que respeite o diferente, seus sonhos, suas ideias, suas opções, seus gostos, que não o negue só porque é diferente. O que a tolerância legítima termina por me ensinar é que, na sua experiência, aprendo com o diferente”. Ao reportar-nos às estudantes/professoras que, historicamente são consideradas como diferentes, principalmente pelos não indígenas e que, muitas vezes, são tratadas de maneira pejorativa, sem conhecimentos, saberes e fazeres, capazes de não serem reconhecidas pela sociedade, percebemos que ainda é extremamente necessário o exercício do *esperançar* com tolerância.

No entanto, as estudantes/professoras inseridas no Cuiambá vêm aos poucos se fazendo/refazendo para que sejam respeitadas em suas singularidades. A educação para elas, tem sido uma ferramenta forte para superar tal consideração na busca de crescimento, pois elas têm demonstrado em vários aspectos que o diferente é composto por diversos sujeitos, os quais são ricos em sabedoria e experiências que contribuem significativamente para a transformação de seu próprio avanço individual e coletivo, entre seus pares e parentes na aldeia e até mesmo entre os não indígenas na sociedade.

Ao reportar-nos a essa dimensão da educação com esse cunho do diferente, estamos reafirmando o compromisso ético e político integrado no ato educativo, mesmo diante dos diferentes que vão revelando-se no processo de desenvolvimento que está vigente em qualquer momento do percurso. Brandão (1981, p. 7), ao refletir sobre educação afirma que “ninguém escapa da educação, ela permeia o cotidiano das pessoas, em tudo o que se faça, ela está presente: ela “existe misturada com a vida em movimentos [...]”. Em virtude desse pensamento, acreditamos que é inevitável entender a educação de forma restrita, curta e limitada.

Por conseguinte, o referido autor remete-nos à compreensão da educação de uma forma mais ampla, uma vez que se mistura em cada situação vivida pelos sujeitos, não somente na sala de aula do Cuiambá, mas diante das diferenças que surgem e vão-se descortinando através das lutas que as estudantes/professoras enfrentam no cotidiano para permanecerem no curso e, também, nos afazeres do cotidiano da aldeia entre suas ocupações dedicadas às escolas indígenas diferenciadas.

Assim, outro aspecto importante também se mistura no envolvimento com parentes na participação em eventos indígenas em nível local, regional e nacional, em uma dinâmica rica de diferenças ontológicas que se manifesta na troca de conhecimentos e saberes entre seus pares, delineando um sentido de educação que apura os fatos e os ressignificam na busca de aprendizagem dos acontecimentos expostos para as novas gerações que frequentam as escolas indígenas diferenciadas na atualidade.

Por esses motivos, fomos compreendendo como a formação do Cuiambá pelo (PARFOR) e o esperar em Freire é relevante para a aldeia dos Tremembé de Almofala, pois essa formação torna-se uma possibilidade de conjugar o verbo esperar e, assim, as estudantes/professoras no exercício da profissão nas escolas indígenas diferenciadas, continuaram a conjugação para assim terem mais resistência capaz de superar grandes desafios e ocasionar transformações na aldeia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões esperadas com esta temática apontaram que o Curso de Pedagogia Magistério Intercultural Tremembé, também conhecido como Cuiambá, via (PARFOR), segundo as estudantes/professoras, foi uma conquista importante que representa uma luta contínua por educação, sendo fortemente um motivo de existência e de resistência para que o povo originário Tremembé jamais volte a uma situação de ausência de educação como em tempos de outrora.

Épocas de muitas lutas e desafios pela ideia de educação e protagonismo de duas mulheres Tremembé, esse desejo foi-se formando e tomando uma proporção de um grande sonho coletivo e, com o passar do tempo, uma relevante conquista de educação até os dias atuais, pois no Estado do Ceará ao se referir à educação indígena, esse povo é pioneiro tanto na educação indígena diferenciada, como na educação indígena superior.

Por isso, o (PARFOR) tem-se configurado uma grande oportunidade de realização e de crescimento a essas estudantes/professoras, pois desde outrora já era desejado um curso de nível superior baseado em princípios Tremembé, no qual tivesse autonomia e participação de todos da aldeia na sua construção e no seu desenvolvimento, fortalecendo ainda mais as atividades exercidas nas escolas indígenas diferenciadas, haja vista que para isso, os Tremembé sempre comungaram do debate freiriano de que educar é um ato de coragem e esse deve acontecer em pleno diálogo.

Aliado a isso, eles vêm defendendo e construindo uma educação do seu jeito Tremembé de pensar e de agir para uma educação de diálogo com todos e pautada no verbo esperar conjugado na atualidade no contexto de formação do Cuiambá. E o esperar em Freire vem proporcionando um sentido de força transformadora, principalmente nas estudantes/professoras fomentando em papéis relevantes para a aldeia de Almofala, porque conjugar o verbo esperar em períodos de lutas desafiadoras para os Tremembé sempre foi de acreditar que sempre vale a pena resistir, persistir e nunca desistir dos sonhos, principalmente se eles forem pautados no coletivo.

Em suma, espera-se que as reflexões apresentadas neste estudo possam contribuir para o entendimento da formação do Cuiambá pelo (PARFOR) como possibilidade de crescimento das estudantes/professoras, ainda mais ancorado na proposta de conjugar o verbo esperar constituindo práticas que gerem mudanças positivas na aldeia. Práticas que proporcionaram diálogos como menciona Freire, em quem nos baseamos para a solidez deste escrito.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB, lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: ago. 2023.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <https://normas.leg.br/api/binario/d9c9c09c-ee80-42c9-a327-20fd195213c7/texto>. Acesso em: ago. 2023.

BRASIL. **Parecer 14/99.** Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena. Brasília: CNE, 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/leis2.pdf>. Acesso em: ago. 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.** Paz e Terra, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da tolerância.** Organização e notas de Ana Maria de Araújo Freire. - São Paulo: Editora UNESP, 2004.

GRUPIONI, L. D. B. (Org.). **As leis e a educação escolar indígena: “programa parâmetros em ação de educação escolar indígena”.** Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Fundamental, 2001.

LEITE, A. **Os Tremembé no Ceará: Tradição e Resistência (Orgs.).** Fortaleza: Secult/CE, 2020.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro, 1994.

MENDES, M. L.; SILVA, M. do S. S. **Educação Escolar Indígena e Formação de professores Tremembé: “algumas aproximações”**. In: Encontro Cearense de Historiadores da Educação, VII, Barbalha - CE. Fortaleza: Edições UFC, 27 a 31 de maio de 2008. Disponível em CD.

Submetido em: dezembro de 2023.

Aprovado em: janeiro de 2024.